

Num cenário marcado por inúmeras desigualdades sociais adquirem cada vez mais visibilidade na escola brasileira, questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, interpelando diferentes sujeitos sociais e coletivos que atuam nos diversos âmbitos no campo da educação e das políticas públicas a ela destinadas. Ancorado nos princípios constituintes da base dos direitos humanos fundamentais, a temática da igualdade sexual e de gênero está presente no dia a dia escolar, integrando-se, cada vez mais, às agendas de pesquisadores e à constituição das políticas públicas, além de inspirar a participação intensa dos movimentos sociais.

Não obstante a reconhecida necessidade de ampliação dos direitos humanos e o combate a todas as formas de opressão e discriminação social no âmbito escolar, a recente aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 a 2024 evidenciou pontos de tensão entre grupos diferenciados no tratamento da orientação sexual e de gênero no âmbito da educação e da escola.

Pretendendo contribuir e participar deste debate, com atenção especial aos profissionais e estudantes das escolas públicas de educação básica, o Comitê Editorial (CE), responsável pela seção **Entrevista** deste volume, foi ouvir pesquisadoras e ativistas que lutam pela igualdade dos direitos sexuais e de gênero no campo educacional.

As entrevistadas deste número são: **Constantina Xavier Filha**¹, **Maria de Fátima Bezerra**² e **Isis Tavares Neves**³.

CE - A temática da igualdade sexual e de gênero torna-se cada vez mais presente na agenda de pesquisadores/as e nos movimentos sociais. Que avanços e/ou dificuldades vocês observam no campo educacional e, mais especificamente, na escola?

“Estamos enfrentando muita desinformação aliada a um ‘patrulhamento religioso’ que diz que essas temáticas devem ficar no âmbito da família e não no da escola...”

(Constantina Xavier Filha)

Constantina Xavier - Muito já se caminhou nas agendas da igualdade sexual e de gênero no campo educacional e mais especificamente na escola, mas no atual momento histórico, muito ainda há que se avançar. Estamos enfrentando muita desinformação aliada a um “patrulhamento religioso” que diz que essas temáticas devem ficar no âmbito da família e não no da escola. Há um discurso premente de que essas questões são de cunho privado e que por isso devem ficar circunscritas ao ambiente íntimo do lar. Contrariamente penso que o “pessoal é político” e que a sexualidade e gênero são aspectos políticos, ou seja, estão o tempo todo sendo alvo de discursos sociais, culturais, científicos, religiosos que tentam capturar os sujeitos a serem de determinados jeitos. Por esses motivos, vejo que é imprescindível que esses campos teóricos e políticos sejam priorizados na educação desde a educação infantil até a pós-graduação. Outro campo a se priorizar é o da formação docente, tanto em nível inicial como na continuada, para que os/as educadores/as possam problematizar com crianças, jovens e adultos sobre as “verdades únicas” que são tomadas como discursos hegemônicos sobre as questões em pauta.

Fátima Bezerra - A escola não existe isoladamente. Ela reflete o que se aprende na família e nos grupos sociais de convivência. Infelizmente, o preconceito ainda constitui um elemento presente nas relações familiares, pessoais e sociais. É parte do trabalho formativo da escola desconstruir esses preconceitos em nome de uma sociedade inclusiva, justa e igual. Esse é o objetivo central do processo formativo que se propõe a formar grupos e pessoas capazes de exercer sua cidadania com dignidade. Apesar das dificuldades, no campo da educação temos conquistados alguns avanços que refletem o esforço que os segmentos sociais e governo têm empreendido. A trajetória dos movimentos feministas e de mulheres traduz bem o que é a luta pela igualdade de gênero. Conquistas como o direito ao voto; a maior participação da mulher nos espaços de poder; a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres; a instituição de mecanismos que protegem a mulher da violência, a exemplo das Delegacias de Defesa da Mulher e das leis Maria da Penha e do Feminicídio, da Casa da Mulher Brasileira, são avanços fundamentais no que diz respeito aos direitos humanos. Quanto à população LGBT, podemos registrar avanços como, por exemplo, deixarem de ser consideradas doenças as manifestações de orientação sexual e identidade de gênero; a instituição do casamento entre pessoas do mesmo sexo; o direito de adoção por casais LGBT; a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Não restam dúvidas de que é necessário ainda percorrer um longo caminho rumo à igualdade de gênero. Nesse contexto, destaca-se a escola como ambiente onde todas as pessoas devem se sentir acolhidas. Afinal, é papel da escola o debate constante envolvendo toda a comunidade escolar, na perspectiva de desenvolver uma prática que tenha como pressuposto romper com as posturas cristalizadas do que é considerado normal e reconhecer que a diversidade é uma realidade na vida das pessoas. É fundamental que o Projeto Político Pedagógico da escola tome como referência os desafios do cotidiano escolar e proporcione oportunidades educacionais capazes de romper com práticas opressoras, preconceituosas e discriminatórias. Muitas dificuldades ainda precisam ser superadas e uma delas é a formação inicial e continuada dos profissionais da educação cujo conteúdo não contempla a questão da igualdade sexual e de gênero. Outra dificuldade é quanto ao uso da linguagem oficial, onde há predominância do masculino e ainda representações linguísticas que contribuem para construções de identidades excludentes as quais distorcem e descaracterizam as diferenças. Se todos têm o direito ao acesso, permanência e aprendizado na escola em igualdade de condições, o gênero ou orientação sexual não pode ser motivo para discriminações. Infelizmente, algumas práticas escolares favorecem a reafirmação do preconceito e isso se reflete negativamente na aprendizagem ou abandono do aluno que se sente excluído. Além desses desafios, temos como obstáculo a atuação do Congresso Nacional, que tem se mostrado avesso ao debate, contribuindo assim para fortalecer os grupos conservadores e religiosos que fazem movimentos contrários à adoção de políticas e práticas que favoreçam mudanças significativas na sociedade. Estes se

“Se todos têm o direito ao acesso, permanência e aprendizado na escola em igualdade de condições, o gênero ou orientação sexual não pode ser motivo para discriminações.”

(Fátima Bezerra)

utilizam de argumentos que dificultam a compreensão de parte da população sobre a importância de viver e conviver com as diferenças numa sociedade heterogênea. Cabe à escola, contribuir para que o debate aconteça com naturalidade.

Isis Tavares - Parece contraditório que, a partir de um período histórico em que houve a maior inclusão de pessoas no acesso a direitos básicos, milhares de pessoas saíram do patamar da pobreza extrema, a expressão de grupos fundamentalistas tenha conseguido ganhar voz, inclusive no Congresso Nacional. No período de 1990 a 2002, o programa neoliberal implementado no Brasil provocou um grande entrave para o crescimento da economia e conseqüentemente para os investimentos em áreas estratégicas, que viessem a beneficiar o nosso povo. A dilapidação do patrimônio e dos serviços públicos, através da privatização de importantes empresas estatais, a dívida pública interna, os juros altos, aprofundaram ainda mais a concentração de riqueza e a desigualdade registrados à época, nos veículos de comunicação, cujas manchetes expunham a pobreza, a fome e umas das maiores taxas de desemprego da nossa história. Proliferaram instituições religiosas que legitimavam a ordem econômica vigente, que enalteciam a meritocracia e, em última instância, garantiam uma vida melhor após a morte. Com a eleição do presidente Lula, houve avanços em especial para as camadas mais desfavorecidas da população. Mas houve, também, a disputa dos espaços institucionais pelos representantes do capital para manter as políticas neoliberais (e seu avanço), tendo a grande mídia como aliada. Por outro lado, essa conjuntura foi adversa para o movimento social organizado, que já vinha sendo atacado pelo programa e a propaganda neoliberal, o que produziu um refluxo no conjunto desses movimentos que tiveram vários embates sobre como conduzir suas pautas e disputar também o protagonismo na construção das políticas públicas. Em especial, a formação concomitante com o avanço da melhoria das condições objetivas de vida do povo brasileiro, a regulamentação dos meios de comunicação e a reforma política democrática defendida pelo conjunto dos movimentos sociais e das forças progressistas foram secundarizadas na disputa das políticas públicas e nos espaços institucionais. O reflexo na escola é o crescente registro de casos de homofobia, *bullying* homofóbico entre os/as alunos/as, o que tem conseqüências diretas sobre todos/as os/as envolvidos nesse processo individualmente, mas também sobre a escola como um todo. A não observação da garantia da laicidade do Estado também tem sido motivação para manifestações de intolerância religiosa e recentemente a tentativa de patrulhamento ideológico sobre os/as professores/as tem gerado iniciativas de apresentação de projetos de lei, tornando crime falar de política na escola. Isso tem gerado um debate em nível nacional e internacional sobre como promover uma educação inclusiva, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Infelizmente, a composição de maioria conservadora do Congresso Nacional e os grandes meios de comunicação têm evidenciado a pauta do retrocesso, do medo e da intolerância.

“A não observação da garantia da laicidade do Estado também tem sido motivação para manifestações de intolerância religiosa e recentemente a tentativa de patrulhamento ideológico sobre os/as professores/as.”

(Isis Tavares)

CE - A Conae 2014 trouxe grandes expectativas sobre o desenvolvimento de políticas e de ações de combate à desigualdade na escola, inclusive sexual e de gênero. Todavia, na aprovação do documento final do PNE (2014-2024), a expressão “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, proposta no texto-base do projeto do PNE aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, foi substituída, no Senado Federal, e sancionada pela Lei do PNE por: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Qual a importância, os riscos e as potencialidades dessas agendas e embates?

Constantina Xavier - Em várias regiões do País, na última votação dos planos municipais de educação, ocorreu o mesmo que no PNE, com a retirada dos termos ligados à sexualidade e gênero, mais especificamente ao termo “identidade de gênero”. Novamente o que imperou foi o discurso religioso fundamentado no que a bancada religiosa denomina de “ideologia de gênero”. Novamente outro equívoco, primeiramente por estar dissociando a educação pública de seus aspectos democrático e laico. Há dois aspectos a se destacar desta questão, o primeiro de que independente de se falar sistematicamente dessas temáticas, elas estão presentes na escola ou centros de educação infantil, ou seja, a instituição educativa é generificada e sexuada. O tempo todo as crianças estão se manifestando ou se expressando como seres sexuados e generificados que são. Os adultos, por sua vez, na maioria dos casos, tentam vigiar os corpos das crianças, buscando diminuir sua curiosidade e desejo de saber sobre seus corpos, sobre seus genitais, sobre suas dúvidas em relação a sexo, aos seus desejos... A outra questão é de que não se falando sobre essas temáticas, tirando-as dos documentos legais, não abordando ou priorizando-as nos projetos pedagógicos, nos planos de ensino, dentre outros, também se promove uma educação sexual do silêncio, do ocultamento, da violência de não se acolher a diferença, o desejo de saber, o sofrimento de muitas crianças e adolescentes que sofrem por não serem condizentes com o gênero ou orientação sexual heteronormativas, por exemplo.

Fátima Bezerra - A Conae 2014 foi precedida de conferências municipais, intermunicipais e estaduais e se constituiu em um espaço democrático que aglutinou contribuições teóricas e reivindicações históricas dos diversos segmentos sociais. A síntese dos debates serviu de parâmetro para formulação do PNE para o decênio 2014-2024. No entanto, em decorrência da tramitação do projeto, onde interesses e visões diversas tiveram que ser contempladas, alguns pontos não foram consensuais por ocasião da finalização do documento, dentre os quais o tema em questão. A redação defendida pelos movimentos sociais e sindicais foi acolhida e aprovada na Câmara, mas no Senado sofreu alterações. Com isso, o texto do novo PNE ficou bastante genérico, apesar das resistências. Certamente, as tensões continuarão a existir e serão motivo de mobilização dos setores que

“... não se falando sobre essas temáticas, tirando-as dos documentos legais, também se promove uma educação sexual do silêncio...”

(Constantina Xavier Filha)

lutam para efetivar as políticas públicas que possibilitem a visibilidade e a igualdade de gênero, as especificidades do público LGBT e o direito à diversidade em articulação com a justiça social, a inclusão e os direitos humanos. Nesse sentido, é essencial manter, nas escolas, o diálogo com movimentos sociais na perspectiva de garantir que o conjunto das ações do PNE esteja voltado para a universalização do acesso à educação democrática e de qualidade socialmente referenciada, com inclusão, respeito e valorização das diferenças sem qualquer forma de preconceito.

Isis Tavares - A efetividade da promoção da educação pública, com qualidade social corre um sério risco. No bojo dos ataques e do debate sobre quem decide a que os/as filhos/as devem ter acesso na escola, está a tentativa de desqualificação da escola pública como dever do Estado. Isso fortalece a criação de escolas privadas com diferentes orientações religiosas. Os pais podem escolher a escola que professe sua religião e seus valores, desde que paguem por isso. O Estado, que deveria ser laico, será excludente. A escola pública negará o acesso ao conhecimento historicamente produzido, justamente àquela parcela da população que saiu do patamar de pobreza extrema.

CE - Você considera que o combate à desigualdade sexual e de gênero na escola e nas políticas educacionais contribui para a democratização da escola e para a formação humana? Por quê?

“... professoras e professores quando questionam e pensam mais detidamente a respeito começam a ver que há outras possibilidades de atuar...”

(Constantina Xavier Filha)

Constantina Xavier - Com certeza. Trabalho, estudo e pesquisa as questões de sexualidades e gênero há mais de 20 anos, a maioria deles com a formação docente e, nos últimos, pesquisando com crianças em escolas públicas. É impressionante o processo de aprendizado com esses públicos visando espaços educativos mais igualitários, democráticos, livres e com possibilidades de tornar as pessoas mais felizes e problematizadoras. Penso que há a necessidade premente de se pensar em políticas públicas para a formação docente de forma inicial e continuada porque a escola é um espaço laico e deve ser respeitada por isso. Por esse motivo as professoras e professores, quando questionam e pensam mais detidamente a respeito começam a questionar e ver que há outras possibilidades de atuar com as crianças e adolescentes, refletem que esses assuntos devem ser tratados na escola de forma mais leve do que costumaram tratar, com conhecimento teórico e ético, visando à formação mais ampla do educando/a.

Fátima Bezerra - Com certeza, pois a prática da inclusão e do tratamento igualitário significa a concretização de direitos constitucionais devidos a todos brasileiro e brasileira. O exercício pleno da cidadania, com dignidade, se constitui em um dos principais objetos do processo formativo e deve estar inserido em todas as tarefas e atividades da escola e de outros ambientes formativos. É um exercício que não se concretiza por meio de atitudes preconceituosas e excludentes. Enfrentar o preconceito enraizado numa sociedade onde as relações de hierarquia e poder predominam é um desafio a

ser encarado com determinação pelo poder público e o conjunto da sociedade. Passos importantes têm sido dados desde a Constituição Federal de 1988, passando pela LDB, Fundeb, a realização de conferências, a adoção de programas voltados para a temática e mais recentemente a aprovação do PNE, cujas metas 15 e 16 tratam da formação inicial e continuada de professores e professoras. No que se refere à escola, apesar dos resquícios de uma educação sexista que diferencia o que é de menino do que é próprio da menina, conseguimos avançar em muitos aspectos, principalmente quanto às relações de gênero, no que se aplica ao binário homem mulher. Entretanto, o debate sobre as especificidades da população LGBT ainda é secundarizado e as práticas escolares refletem os preconceitos que persistem na sociedade. Contudo, se lutarmos para garantir em todos os espaços sociais que qualquer pessoa usufrua dos mesmos direitos, com respeito, tolerância e solidariedade, não há porque permitir práticas onde a democracia represente a expressão apenas de alguns que não aceitam as diferenças.

Isis Tavares - Sim. Um exemplo claro é a forma como as mulheres são tratadas na nossa sociedade. Os índices de violência, o feminicídio, salário desigual em mesma função, os estereótipos de gênero, a dedicação aos afazeres domésticos e aos cuidados com as pessoas idosas e doentes, falam por si mesmos. O tratamento das mulheres como seres de segunda categoria, persiste a despeito da produção acadêmica em gênero e do avanço das políticas públicas direcionadas a elas. Uma grande parte de alunos e alunas que se identificam como gays, lésbicas, trans, bissexuais, abandonam a escola, sofrem de depressão e chegam até mesmo ao suicídio, devido ao escárnio e à hostilidade de que são vítimas na escola, seja ela pública ou privada e na sociedade como um todo. Mas são os/as alunos/as das escolas públicas, filhos/as de trabalhadores/as, que são expostos, tratados/as como aberrações que merecem a marginalidade e a repressão do Estado. O espaço da sala de aula é um ambiente privilegiado para se trabalhar a cidadania plena de homens e mulheres, a partir de políticas públicas que reflitam o objetivo maior da escola na sua intencionalidade de construção de uma sociedade mais justa e fraterna, onde as diferenças sejam respeitadas e que possamos reconhecer nossa identidade de classe, que dentro dessa diversidade é a única que nos unifica.

“O tratamento das mulheres como seres de segunda categoria, persiste a despeito da produção acadêmica em gênero e do avanço das políticas públicas direcionadas a elas.”

(Isis Tavares)

CE - A abordagem da sexualidade não é uma novidade nas escolas, contudo, seu tratamento se dá, de modo predominante, na perspectiva da biologia ou da saúde. Há poucos anos, ocorreu uma forte polêmica envolvendo a campanha Escola Sem Homofobia, promovida pelo MEC, o que levou ao recolhimento de seus materiais. Como agir frente às divergências e que encaminhamentos podem ser feitos?

Constantina Xavier - A educação sexual historicamente ocorreu nas escolas ligada à biologia e priorizou temas como doença, morte e o uso de drogas. Esse termo ficou

fortemente vinculado a essas questões. Quando falamos que vamos trabalhar um projeto de educação sexual com crianças pequenas, muitas pessoas pensam que vai se ensinar “posições sexuais” ou falar sobre doenças sexualmente transmissíveis. Por esses motivos esse termo acabou por sofrer muitas críticas de pesquisadores/as que tentam repensar novas formas de se tratar os temas de sexualidades e gênero na escola. Eu opto pelo termo “educação para a sexualidade e gênero” pela sua abrangência. Esse termo pode ser pensado como prática que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades. A dúvida da certeza, a transitoriedade das convicções, as possibilidades de colocar-se em xeque diante do novo... são algumas das possibilidades de uma perspectiva da ‘educação para a sexualidade’. Não se pretende levar uma verdade e sim problematizar, questionar, pensar muito sobre as temáticas em pauta sob muitas perspectivas. A conjunção e o artigo que ligam as palavras ‘educação’ e ‘sexualidade’ também podem ser pensados como a transitoriedade, ou seja, a educação para a ‘vivência’ da sexualidade. O termo, inclusive, poderia ser ‘educação para as sexualidades e para os gêneros’. Pretende-se pensar as possibilidades de acionar questões como prazer, troca, curiosidade, busca, respeito, erotismo, além de se pensar na constituição da diferença como elemento da produção de identidades. Operar com esse conceito nos leva a desconstruir a ideia de uma educação sexual que seja ligada a morte. Pelo contrário, esse novo termo privilegia a vida, a dúvida, o questionamento. Com essa nova perspectiva, todo material didático ou artefato cultural pode ser pensado e problematizado na escola, visando a reflexão e problematização. Essa seria uma excelente oportunidade para se pensar e utilizar o *kit escola sem homofobia*, que foi vetado também por motivos de ordem religiosa.

“As deliberações do Conae-2014 e do PNE tendem a responder às demandas dos movimentos sociais e sindical, por garantia de direitos e visibilidade de gênero como construção social.”

(Fátima Bezerra)

Fátima Bezerra - A iniciativa do governo federal em autorizar e proporcionar as condições para a produção de cadernos com conteúdos pedagógicos sobre o tema fazia parte do *Programa Brasil Sem Homofobia*. O material seria distribuído a todas as escolas do país com o intuito de oferecer subsídios aos profissionais do magistério para qualificar o debate sobre o assunto junto à comunidade escolar. Infelizmente, parte dos congressistas que defendem interesses religiosos liderou movimentos de resistência, o que culminou com a suspensão do material que sequer foi impresso. Os argumentos utilizados pelos opositores eram de que o material iria incentivar a “promiscuidade e a homossexualidade”. O que demonstra o atraso de pessoas que têm visão de mundo distorcida e agem conforme dogmas religiosos e pretendem pautar as relações conforme seus conceitos. Lamento o acontecido e reconheço que quem perde é a escola e a sociedade, que poderiam contar com mais esse mecanismo para fomentar o debate no ambiente escolar, o qual estimularia, sim, a convivência com as diferenças, deixando de lado os preconceitos e estereótipos que permeiam as demais esferas sociais. Ao serem materializadas, as deliberações do Conae 2014 e do PNE tendem a responder às demandas dos movimentos

sociais e sindical, que têm protagonizado lutas históricas por garantia de direitos e visibilidade de gênero como construção social.

Isis Tavares - Precisamos dialogar com o material didático. Na perspectiva de que nenhum meio didático ou pedagógico, por mais bem elaborado que seja, não possa ser questionado, melhorado ou potencializado. A partir dos estereótipos evidenciados nos livros, vídeos etc., podemos criar e planejar instrumentos, a partir da realidade dos alunos e sua comunidade, que provoquem a discussão sobre determinado tema, fazendo com que o ato de questionar, discutir e debater seja uma prática para que possamos refletir a nossa responsabilidade na reprodução e nas consequências dos nossos atos, a fim de nos posicionarmos frente às ideias que são apresentadas diuturnamente seja na escola, nas instituições religiosas ou pelos grandes veículos de comunicação de massa. A formação inicial e continuada de profissionais para atuar na educação é fundamental e deve iniciar esse processo.

“A partir dos estereótipos evidenciados nos livros, vídeos etc. podem-se criar e planejar instrumentos, a partir da realidade dos alunos e sua comunidade...”

(Isis Tavares)

CE Como implementar no âmbito das unidades escolares ações e estratégias que articulem propostas curriculares no combate à desigualdade sexual e de gênero?

Constantina Xavier - Uma das possibilidades para implementar no âmbito das unidades escolares ações que articulem a propostas curriculares no combate à desigualdade sexual e de gênero é o investimento em formação docente, tanto em nível inicial quando na continuada. Com o estudo teórico e de base legal sobre a importância e necessidade de se promover a educação para a sexualidade e gênero nas instituições educativas, as professoras e professores problematizam sobre os vários discursos sobre sexualidades e gênero na cultura e como são capazes de produzir subjetividades. Com as formações, passam a ter mais confiança e segurança para abordar as temáticas com seus/suas educandos/as e com isso dialogar com a família além de articular as questões em pauta com as diretrizes curriculares de suas turmas. Com a formação docente muitos/as terão condições de argumentar a necessidade de se incluir as temáticas nos projetos políticos pedagógicos das escolas, pensar sobre o seu espaço democrático, livre e laico. Evidente que todo processo educativo de formação docente não tem a capacidade de mudança suprema em todos os sujeitos, no entanto, sem ele esse processo se torna impossível e inviável. Ele deve ser duradouro e não pontual como acontece na maioria das vezes, algo que deve ser pensado por políticas de formação no Ministério da Educação, nas universidades e nos movimentos sociais.

“A escola tem o dever de lidar com as diferenças e contribuir para eliminar as desigualdades em todas as esferas.”

(Fátima Bezerra)

Fátima Bezerra - Por meio da formação continuada dos profissionais da educação que fazem a escola; de campanhas de conscientização; de trabalhos realizados de forma integrada na perspectiva da construção coletiva; da educação em tempo integral, possibilitando um convívio mais efetivo entre estudantes e toda comunidade escolar. É imprescindível que a formação inicial e continuada dos profissionais ofereça suporte

para que os segmentos escolares se sintam seguros ao enfrentar a realidade educacional diversa. A escola tem o dever de lidar com as diferenças e contribuir para eliminar as desigualdades em todas as esferas. É hipocrisia não reconhecer essa realidade e agir como se todas as pessoas tivessem que ser e se comportar conforme padrões estabelecidos e aceitos socialmente.

Isis Tavares - O Projeto Político Pedagógico, é peça fundamental para isso. Mas temos que disputar sua intencionalidade - que é política - e ter muita coerência na definição dos meios para alcançar essa intencionalidade, que são pedagógicos. Mais ainda, implementar a luta por condições de participação efetiva, com qualidade, na sua elaboração, sabendo que as nossas bandeiras históricas, dentre elas o PPP, quando adotadas pelos governos, são resignificadas. Se ainda não conseguimos um espaço de participação e debate destinado à elaboração do PPP, precisamos disputar a interferência nessa construção aos sábados, domingos, enfim, quando geralmente as reuniões são marcadas. Nada nos é facilitado.

“Sexualidades e gênero são questões a serem trabalhadas e pensadas desde a educação infantil, portanto, desde a infância até a idade adulta ou na velhice.”

(Constantina Xavier Filha)

CE - Sexualidade e gênero são tratados comumente como problemática da adolescência. Como formar professores da educação básica para atuar efetivamente no combate às discriminações?

Constantina Xavier- Sexualidades e gênero são questões a serem trabalhadas e pensadas desde a educação infantil, portanto, desde a infância até a idade adulta ou na velhice. A formação docente para educadores/as que atuam na educação infantil se mostra fundamental para entender e atuar diante das manifestações e expressões de sexualidade das crianças. É muito comum nesse período as crianças terem curiosidade sobre seus corpos, sobre como nasceram, porque foram para a barriga de suas mães... Na adolescência há outras preocupações e deve-se priorizar as dúvidas e anseios desse público sobre seus corpos, desejos, amores, rejeições, primeiras práticas sexuais... e isso continua no decorrer da vida.

Fátima Bezerra - Atualmente, as abordagens sobre gênero e sexualidade são reconhecidas como mecanismos que favorecem a conquista de uma sociedade plural e democrática. Tal reconhecimento ainda não foi incorporado de forma efetiva aos conteúdos da formação inicial e continuada dos professores. Essa ausência deixa uma lacuna na formação desses profissionais e se reflete no exercício pedagógico. Em geral, quando a temática é abordada, faz-se referência às políticas mais abrangentes, como, por exemplo, os direitos humanos e a inclusão das mulheres nos espaços sociais de poder, mas o debate sobre as especificidades da população LGBT não é evidenciado, o que dificulta a caminhada rumo às mudanças sociais estruturantes, onde seja possível construir um momento histórico que responda às necessidades e às pluralidades de direitos, permitindo assim o exercício pleno da cidadania. É oportuno observar o que consta no eixo

estratégico de nº 1 do Plano Nacional de Direitos Humanos – LGBT, que detalha ações para orientar as instituições formadoras e os governos a incluir em seus programas conhecimentos sobre a diversidade sexual na perspectiva de eliminar os preconceitos, combater as discriminações e edificar uma cultura onde as relações com os outros sejam reinventadas, pautadas no respeito mútuo, na afetividade e na solidariedade. Assim, uma revisão de conteúdo e metodologia na universidade se faz urgente, especialmente voltada para a formação do docente.

Isis Tavares - Os cursos voltados à formação de professores precisam avançar para que as discriminações sejam abordadas nos seus currículos. Porém, na academia também existe a resistência de professores/as e alunos/as que trazem suas posições pessoais para o debate. Não se pode enfocar esse debate de forma a acirrar o confronto das diferentes posições pessoais. Acredito que a busca da reflexão do papel de educadores/as como decisivos para a promoção de valores éticos da profissão deve ser a tônica, para que possamos avançar na formação inicial e continuada dos/as professores/as.

CE - Questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero se inter-relacionam com outras no escopo dos direitos humanos. Quais as dificuldades na construção de políticas intersetoriais, envolvendo os diferentes organismos governamentais, o Congresso Nacional e os movimentos sociais? Você acha que houve algum avanço a partir do PNE?

Constantina Xavier - É importante articular, na escola, a questão da sexualidade e gênero aos direitos humanos. Essa não foi a leitura feita por muitos/as legisladores/as municipais ao votarem os planos municipais em várias regiões do País. É um direito humano da criança ver suas dúvidas serem dirimidas a partir da sistematização de momentos respeitosos, fundamentados em estudos científicos e por princípios éticos dos/as docentes nas instituições educativas.

Fátima Bezerra - Todos os itens arrolados por vocês constam no PNE como metas a alcançar e estratégias a cumprir. Apesar de algumas divergências, isso demonstra avanços que já testemunhamos na sociedade, como um maior reconhecimento da mulher nas últimas décadas em cargos de comando no trabalho e na aceitação de sua liderança em movimentos sociais; a explicitação cada vez maior das relações homoafetivas; o aumento da presença dos afrodescendentes nas universidades; o reconhecimento do (a) trabalhador (a) doméstico (a) etc. Claro que o caminho da vitória contra os preconceitos e as discriminações ainda está longe de ser alcançado, pois ainda vemos a presença insignificante da mulher na carreira política; a violência assustadora contra mulheres e homossexuais; o individualismo, que vem sendo incentivado junto às novas gerações; a dificuldade de aceitação de pessoas com deficiências mais graves; a rejeição que ainda se apresenta muito forte ao convívio com pessoas negras; a predominância de assassinatos

“Os cursos voltados à formação de professores precisam avançar para que as discriminações sejam abordadas nos seus currículos.”

(Isis Tavares)

de jovens negros; a necessidade de alguns grupos quererem provar que alguns são inferiores por serem diferentes ou mais pobres e que isso se refletiria na escola pela maior incapacidade de aprendizagem; enfim, não dá para não associar a luta contra a discriminação a todas nossas ações do cotidiano profissional, social e político.

Isis Tavares - A criação das secretarias de Políticas para as Mulheres, Direitos Humanos e Igualdade Racial foi importantíssima para a articulação de políticas inclusivas no nosso país, tanto no âmbito da educação, como da saúde, do trabalho, enfim. A criação e fortalecimento dos conselhos com participação da sociedade, os processos de conferências públicas como mecanismos de consulta, debate e construção de planos nacionais de políticas públicas, também foram extremamente importantes, pois não existem políticas públicas sem a participação da sociedade. As políticas aprovadas nos planos nacionais, estaduais e municipais exigem que a destinação orçamentária dos diversos ministérios e secretarias no âmbito estadual e municipal também seja prevista e cumprida. Temos avanços significativos na articulação dessas políticas nos diferentes espaços institucionais, porém há entraves, especialmente em função do financiamento. Não se promove inclusão sem financiamento e a política econômica tem um impacto grande na aplicação das políticas públicas. Os cortes nos orçamentos atingem, na maioria das vezes, os programas específicos de inclusão de gênero, raça e direitos humanos, educação, saúde e trabalho, o que tem um impacto direto nas condições de vida da população. A retomada do crescimento econômico é fundamental para que se efetivem as políticas inclusivas já conquistadas. Considero que para a educação a aprovação dos 10% do PIB, 50% do Fundo Social do Pré-Sal e dos 75% dos *royalties* do Pré-Sal para a educação foram avanços.

CE - Que balanço é possível fazer das diversas políticas e ações governamentais destinadas nos últimos anos à afirmação de direitos e à superação das desigualdades sociais, com ênfase na igualdade racial, de gênero, de orientação sexual e de acessibilidade?

Constantina Xavier - Nos últimos anos há muitas pesquisas e estudos com as temáticas de gênero e sexualidades em diversos programas de pós-graduação demonstrando avanços e demarcando força a esses campos teóricos e políticos. Há várias universidades que têm disciplinas obrigatórias de educação, sexualidade e gênero em seus cursos de formação docente, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da qual atuo como docente, é uma delas, mas há outras no Brasil inteiro. Há vários/as professores/as que desenvolvem projetos a partir de livros infantis e demais artefatos culturais tentando discutir com crianças sobre gênero, corpo, diferenças e sexualidade, violência contra criança. Há muitos projetos de extensão que priorizam essas questões inclusive com crianças de escolas públicas. Há vários eventos no País que aglutinam pesquisadores/

as, professores/as e demais pessoas interessadas em discutir sobre educação, sexualidade e gênero. Na Anped há mais de 12 anos temos um Grupo de Trabalho, o qual coordeno, denominado Gênero, Sexualidade e Educação. O GT se constitui como: 1) Espaço de socialização de pesquisas e discussões de temas sobre os campos teóricos das sexualidades, gênero, diversidades/diferenças na educação; 2) Espaço de encontros e intercâmbios de pesquisadores/as, estudiosos/as da área e demais pessoas interessadas pelas temáticas exploradas pelo GT, para discussão e debate; 3) Espaço teórico-acadêmico-político para as discussões das pesquisas, estudos e debates, e para a intervenção política nesses campos; e, 4) Espaço de formação acadêmico-científico para pesquisadores/as – mestrandos/as e doutorandos/as. O GT é, então, esse espaço potente de encontro e discussões, socialização de estudos e pesquisas que congrega estudantes, pesquisadores/as e demais pessoas interessadas pelos campos teórico-políticos das sexualidades, gêneros e educação. Contudo, é um espaço instaurado para além das reuniões anuais da Anped, constituindo-se como um braço da associação, preocupado com as temáticas em pauta e velando pelas questões teórico-acadêmico-políticas que envolvem as relações entre gênero-sexualidade-educação. Vários projetos de formação docente são desenvolvidos em todo o território nacional pelas universidades, com apoio da Secadi/MEC, visando refletir sobre as temáticas em pauta, inclusive articulando ações com os movimentos sociais. São ações potentes, que promovem os campos teóricos e políticos das sexualidades e gênero. Muito há que se caminhar, muito já se caminhou, novos desafios serão enfrentados.

Fátima Bezerra - O tempo para mudança de valores culturais e éticos não é pequeno. Exige um processo de construção que varia de grupo para grupo social. Entretanto, podemos afirmar, com certeza, que essa construção para mudança, por meio das políticas e ações governamentais já está em curso, especialmente durante esses 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, nos exemplos que já citei. Todas as propostas inovadoras e em defesa da igualdade de toda população vêm sendo discutidas nas escolas, uma vez que constam das diretrizes curriculares, e que necessariamente chegam à sala de aula.

Isis Tavares - Primeiramente é necessário reconhecer que os avanços nas políticas públicas, nos últimos anos, assim como em toda conjuntura onde houve avanços nas políticas públicas inclusivas, só foi possível na conjuntura de um governo democrático e popular. Devemos também considerar a investida das forças conservadoras, que têm como objetivo restringir a democracia com a exclusão das representações das minorias no Congresso Nacional e demais casas legislativas. O processo de inclusão social através da implementação de políticas públicas é reconhecido internacionalmente e, independentemente das crises enfrentadas, as políticas foram mantidas. O reconhecimento da violência doméstica como crime pelo governo brasileiro, através da Lei Maria da Penha e a aprovação da Lei do Feminicídio, a Casa da Mulher Brasileira, o acesso universal ao tratamento antirretroviral como política de Estado no Brasil, no tratamento de pessoas

“Vários projetos de formação docente são desenvolvidos em todo o território nacional pelas universidades, com apoio da Secadi/MEC, visando refletir sobre as temáticas em pauta...”

(Constantina Xavier Filha)

“O avanço das forças conservadoras nos impõe uma agenda de grandes embates políticos e de classe, em que precisamos ter claro o projeto político que defendemos...”

(Isis Tavares)

que vivem com o HIV e o programa DST/AIDS, a política de cotas nas universidades, a obrigatoriedade do estudo da história afrodescendente e indígena podem ser listadas nesse contexto. Mas muito há que se avançar na implementação dessas políticas e na conquista de novas políticas que possam dar conta da diversidade do povo brasileiro. Isso passa necessariamente pelos planos de educação e consequentemente na valorização dos/as profissionais da educação e pelo financiamento dessas políticas. Mas não podemos entendê-la (nem as demais lutas por inclusão que afirmem a diversidade para combater as desigualdades aprofundadas ao longo da nossa história) como uma luta setorializada. O avanço das forças conservadoras nos impõe uma agenda de grandes embates políticos e de classe, em que precisamos ter claro o projeto político que defendemos e buscar uma alternativa que supere essa ordem mundial vigente, unificando as bandeiras da classe trabalhadora, pela retomada do crescimento econômico, por mais democracia, mais avanços e consequentemente, mais inclusão social.

CE - Em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades e preconceitos raciais, sexuais e de gênero, há necessidade da ação estatal para implementar políticas de afirmação de direitos específicos?

Constantina Xavier - Ainda há a necessidade de políticas de afirmação de direitos por ações estatais para aqueles/as que sofrem por desigualdades e violências. Ainda temos poucas mulheres exercendo cargos políticos, por exemplo, denotando que necessitamos de muitas conquistas além das já adquiridas.

“... uma das políticas afirmativas que merece destaque é a garantia do direito a todos que foram excluídos historicamente do acesso...”

(Fátima Bezerra)

Fátima Bezerra - É evidente que em uma sociedade com um legado perverso e conservador como a nossa, faz-se necessário que o poder público adote políticas de afirmação de direitos. As políticas adotadas pelo governo são uma conquista dos movimentos sociais que têm atuado de forma persistente na perspectiva de incluir, na pauta nacional, o direito à diversidade. As cobranças por políticas que visam a superação das desigualdades têm resultado em avanços significativos e compromissos relevantes por parte do governo. A partir de 2003, registram-se conquistas importantes na adoção de políticas públicas e ações afirmativas que impactam a construção de um país justo e igualitário. Na agenda pública nacional, podemos destacar a criação de três secretarias especiais com *status* de ministérios: a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres; a Secretaria Especial de Promoção e Igualdade Racial; e a Secretaria Especial de Direitos Humanos. A elas cabe a responsabilidade de liderar e encaminhar o debate para que o Estado brasileiro combata as desigualdades e faça valer o direito de todos indistintamente. No campo educacional, uma das políticas afirmativas que merece destaque é a garantia do direito a todos que foram excluídos historicamente do acesso, permanência e aprendizagem em todos os níveis, etapas e modalidades do ensino. Assim, o direito à educação está articulado aos direitos sociais, humanos e de

respeito à diversidade religiosa, de gênero, orientação e identidade sexual, étnico-racial, condições físicas, dentre outros. Mas, a abordagem sobre o ensino afrodescendente nas escolas ainda não foi implementada totalmente e requer todo o empenho de parte do poder público e da sociedade para fazer valer a lei. Sobre a diversidade na escola, mais especificamente gênero e sexualidade, é imprescindível uma estreita relação entre as práticas do cotidiano escolar e as demandas da sociedade, o que implica a necessidade da escola em contribuir no desenvolvimento de processos educacionais relacionados à diversidade de acordo com as realidades locais, bem como, adaptar conteúdos e estratégias capazes de atender as peculiaridades do público que a frequenta.

Isis Tavares - Sim. É decisiva para responder ao avanço civilizacional, especialmente quando as contradições de classe se acirram.

Notas

- 1 Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, atuando na Unidade de Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais e no Programa de Pós-graduação em Educação (CPAN/UFMS). Coordenadora do GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação - da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Educação e Gênero (Gepsex/ CNPq). *E-mail*: <tinaxav@terra.com.br>.
- 2 Graduação em Pedagogia. Senadora pelo PT/RN (2015/2023), assumiu em 2015 a vice-presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Suas principais áreas de atuação são: Educação, Cultura, Desenvolvimento Regional, Direitos da Mulher e a Cidadania LGBT. *E-mail*: <fatima.bezerra@senadora.leg.br>.
- 3 Graduação em Pedagogia. Professora vinculada a Secretaria de Estado de Educação (Seduc/AM) e a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Manaus. Atualmente é Secretária de Relações de Gênero da CNTE. *E-mail*: <isistneves@gmail.com>.